

Análise da abordagem à Educação Inclusiva nos projetos pedagógicos das licenciaturas da UFTM

RESUMO: Esta pesquisa analisou os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de licenciaturas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) para investigar a presença de assuntos relacionados à educação inclusiva na formação inicial docente. A análise revelou um compromisso com a promoção de um ambiente educacional inclusivo, conforme evidenciado pela oferta das disciplinas obrigatórias “História e Política Educacional” e “Língua Brasileira de Sinais (Libras)”, que abordam a diversidade e as políticas de inclusão para todas as licenciaturas analisadas. As referências bibliográficas e os conteúdos das disciplinas evidenciam a preocupação com práticas pedagógicas inclusivas e a capacitação dos futuros educadores. A atuação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) complementa essas iniciativas, oferecendo suporte e promovendo ações colaborativas para garantir a inclusão. Assim, a UFTM demonstra, teoricamente, uma abordagem integrada para a formação docente, buscando preparar profissionais para um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Palavras-chave: educação inclusiva, formação docente, licenciaturas.

Luisa Helena de Almeida Ribeiro
Universidade Federal do Triângulo
Mineiro
luisaribeiro@uftm.edu.br

Marinalva Vieira Barbosa
Universidade Federal do Triângulo
Mineiro
marinalva.barbosa@uftm.edu.br

Analysis of the Approach to Inclusive Education in the pedagogical projects of UFTM's teacher education programs

ABSTRACT: This research analyzed the Pedagogical Course Projects (PPCs) of undergraduate teaching programs at the Federal University of Triângulo Mineiro (UFTM) to investigate of topics related to inclusive education in initial teacher training. The analysis revealed a commitment to promoting an inclusive educational environment, as evidenced by the mandatory courses “History and Educational Policy” and “Brazilian Sign Language (Libras),” which address diversity and inclusion policies across all the programs analyzed. The bibliographic references and course content demonstrate a concern with inclusive pedagogical practices and the preparation of future educators. The work of the Office of Community and Student Affairs (PROACE) complements these initiatives by providing support and promoting collaborative actions to ensure inclusion. Thus, UFTM theoretically demonstrates an integrated approach to teacher training, aiming to prepare professionals for a more inclusive and equitable educational environment.

Keywords: inclusive education, teacher training, undergraduate programs.

Análisis del enfoque de la Educación Inclusiva en los proyectos pedagógicos de las licenciaturas de la UFTM

RESUMEN: Esta investigación analizó los Proyectos Pedagógicos de los Cursos (PPC) de las licenciaturas de la Universidad Federal del Triángulo Mineiro (UFTM) para investigar temas relacionados con la educación inclusiva en la formación inicial docente. El análisis reveló un compromiso con la promoción de un entorno educativo inclusivo, como lo evidencia la oferta de las asignaturas obligatorias “Historia y Política Educativa” y “Lengua Brasileña de Señas (Libras)”, que abordan la diversidad y las políticas de inclusión en todas las licenciaturas analizadas. Las referencias bibliográficas y los contenidos de las asignaturas evidencian la preocupación por las prácticas pedagógicas inclusivas y la capacitación de los futuros educadores. La actuación de la Pró-Reitoría de Asuntos Comunitarios y Estudiantiles (PROACE) complementa estas iniciativas, brindando apoyo y promoviendo acciones colaborativas para garantizar la inclusión. De este modo, la UFTM demuestra, teóricamente, un enfoque integrado para la formación docente, buscando preparar profesionales para un entorno educativo más inclusivo y equitativo.

Palabras clave: educación inclusiva, formación docente, licenciaturas.

Introdução

Este estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado vinculada à Linha de Pesquisa em Fundamentos e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), cujo principal objetivo é analisar o discurso de discentes das licenciaturas da UFTM sobre a inclusão de sujeitos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação na educação regular.

A pesquisa busca ainda compreender as aprendizagens resultantes das abordagens teóricas e práticas vivenciadas pelos estudantes durante o período de formação inicial. Para esta produção científica aqui abordada, o objetivo é identificar abordagens sobre a educação inclusiva na formação de licenciados da UFTM, conforme descrito nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Utilizando uma abordagem documental, a pesquisa se apoia nos pontos destacados por Gil (2010), como a estabilidade dos dados e a possibilidade de uma análise detalhada das fontes.

Temas como a Legislação Brasileira de Inclusão, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a acessibilidade para pessoas com transtorno do espectro autista são enfatizados na análise dos

PPCs. Além disso, são apresentadas as disciplinas obrigatórias que mencionam explicitamente a educação inclusiva, demonstrando o compromisso da instituição em promover uma formação inicial que prepare os futuros educadores para lidar com a diversidade nas salas de aula.

Os objetivos desta pesquisa incluem investigar a presença da perspectiva da educação inclusiva nos PPCs das licenciaturas ofertadas pela UFTM e identificar as disciplinas obrigatórias que mencionam explicitamente a educação inclusiva ou variações como educação especial ou inclusão na formação dos licenciandos.

Aporte teórico

Este estudo aborda o contexto de que a inclusão educacional é tanto um requisito legal quanto pedagógico, exigindo uma compreensão aprofundada de como essa perspectiva é abordada nos currículos das licenciaturas para garantir uma formação eficaz dos futuros professores.

Partindo desse pressuposto, são examinadas as abordagens normativas, legais e curriculares e identificadas disciplinas obrigatórias relacionadas à educação inclusiva nos PPCs, compreendendo as estratégias pedagógicas adotadas pela instituição para enfrentar os desafios na diversidade educacional.

A legislação educacional brasileira, prioritariamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), destaca a “preparação adequada dos professores como condição fundamental para a inclusão” (Brasil, 1996). No entanto, “a falta de preparo dos educadores pode comprometer a efetividade desse processo”. (Almeida, 2006, p.26).

Mittler (2003) ressalta que a inclusão não se restringe apenas a colocar os alunos em escolas regulares, mas implica em uma transformação mais ampla do ambiente escolar, onde todos os professores assumem a responsabilidade pela aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas.

A formação inicial de professores para a inclusão deve abranger não apenas disciplinas específicas sobre educação especial e inclusiva, mas também “o desenvolvimento de competências para identificar e atender às necessidades educacionais individuais dos alunos”. (Rodrigues, 2012, p. 12).

As diretrizes recomendadas pelo Ministério Público Federal enfatizam a preparação dos profissionais da educação para oferecer atendimento educacional especializado, incluindo conhecimentos em Braille, Libras e práticas pedagógicas inclusivas (Toledo; Vitaliano, 2012). No entanto, há uma lacuna entre o que é previsto nas normativas legais e as condições reais dos professores para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais (Beyer, 2003).

Os objetivos desta produção abrangem a investigação da presença da perspectiva da educação inclusiva nos PPCs, incluindo a análise das abordagens referentes a essa temática nos fundamentos legais e normativos e nas organizações curriculares deles. Para isso, a pesquisa adota os conceitos bakhtinianos de alteridade, dialogismo, enunciação e ideologia, aliados à prática da Análise do Discurso.

A investigação da perspectiva da educação inclusiva nos PPCs implica reconhecer a diversidade e as necessidades específicas dos alunos, promovendo um ambiente de ensino que respeite as individualidades e estimule a interação entre os sujeitos. Esse objetivo está alinhado com o princípio bakhtiniano da alteridade, que pode ser compreendido como uma relação de trocas entre os indivíduos.

A alteridade permite a expressão de discursos enraizados nas relações sociais, bem como a internalização desses discursos pelo sujeito “eu”, que está em constante modificação. Nesse contexto, o indivíduo é visto como um ser incompleto e em contínua transformação, que se compõe e recompõe por meio dessas interações. (Bakhti, 2010)

De acordo com Bakhtin (2010), a constituição do sujeito ocorre a partir de suas relações com outros sujeitos, pelo princípio da alteridade, que é fundamental para o desenvolvimento pessoal e social, considerando ainda que “o discurso é sempre um diálogo, uma interação entre vozes que se influenciam mutuamente, e a compreensão de um enunciado depende do reconhecimento dessas múltiplas vozes” (Bakhtin, 2010, p. 89).

A análise das abordagens referentes à educação inclusiva nos PPCs implica em analisar as reflexões e interpretações da realidade social materializadas nas políticas educacionais, o que está relacionado ao conceito bakhtiniano de ideologia, representado pela “totalidade das reflexões e interpretações da realidade social e natural que acontecem no cérebro do homem, materializadas por

meio de palavras, desenhos, diagramas ou outras formas sígnicas” (Voloshinov, 1930 *apud* Brait, 2005, p. 169).

A identificação das disciplinas obrigatórias relacionadas à educação inclusiva nos PPCs envolve reconhecer as interações dialógicas presentes no currículo, onde diferentes perspectivas contribuem para a formação do futuro professor, o que está alinhado com o conceito de dialogismo de Bakhtin.

O dialogismo, ou relações dialógicas, refere-se às interações entre vozes, tanto nos mesmos textos quanto em textos diferentes, que podem ser identificadas claramente ou de forma velada, compreensíveis apenas com o conhecimento das condições formadoras do enunciado. Bakhtin (2013) descreve as relações dialógicas como um fenômeno quase universal que permeia toda a linguagem humana e todas as manifestações da vida, abrangendo tudo o que tem sentido e importância.

Metodologia e procedimentos

A análise proposta nesta produção concentrar-se-á nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) das licenciaturas na modalidade presencial ofertadas no campus Uberaba da UFTM, abrangendo os cursos de Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Matemática e Química. O objetivo é examinar a presença de referências à educação inclusiva na formação dos licenciados pela UFTM.

O campus Uberaba da UFTM oferta também os cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Educação no Campo. No entanto, o curso de Pedagogia não foi incluído por se enquadrar na modalidade a distância (EaD), e o curso de Licenciatura em Educação no Campo foi excluído por focar na formação de professores por área de conhecimento e por estar vinculado aos estudos das questões rurais, o que envolveria abordagens específicas não contempladas nesta pesquisa.

A pesquisa adota uma abordagem documental que, segundo Gil (2010), assemelha-se à pesquisa bibliográfica, porém se distingue pela natureza das fontes utilizadas; isto é, a pesquisa documental emprega materiais que ainda não foram submetidos a tratamento analítico ou que podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa.

O levantamento do material para a pesquisa documental foi realizado individualmente nas páginas dos cursos analisados, acessadas na internet por meio dos seguintes caminhos:

1. www.uftm.edu.br;
2. Cursos de Graduação, Técnicos e Programas de Pós-Graduação;
3. Graduação;
4. Página dos cursos;
5. Seleção do curso a ser pesquisado;
6. Projeto Pedagógico e Matriz Curricular; e
7. Projeto Pedagógico.

Na página específica do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), realizou-se a leitura do texto buscando identificar abordagens referentes aos objetivos almejados.

A apresentação textual dos resultados deste trabalho é realizada por meio de exposição textual e gráfica em quadros, acompanhadas de considerações acerca dos resultados encontrados, mediando os objetivos e o universo pesquisado.

A leitura dos PPCs analisados foi realizada entre janeiro e maio de 2024.

Apresentação e análise do material empírico

Ao analisar o corpus discursivo, observa-se um padrão de estruturação que aborda aspectos essenciais para o delineamento e a execução dos cursos de graduação. Essa estrutura compreende desde a identificação da instituição e do curso até aspectos como fundamentos legais, organização curricular, metodologias de ensino e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.

Inicialmente, os PPCs identificam a instituição e o curso, fornecendo informações básicas sobre sua origem e contexto. Em seguida, são apresentados os fundamentos legais e normativos que embasam o funcionamento do curso, incluindo legislação federal, institucional e marcos legais específicos para os cursos de graduação.

A apresentação do PPC detalha sua estrutura e objetivos, destacando o histórico da instituição, do instituto e do próprio curso. Também são descritas as políticas de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao curso, incluindo programas e projetos desenvolvidos pela instituição.

A organização didático-pedagógica do curso abrange aspectos como a gestão, coordenação e colegiado do curso, além do papel do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a composição do corpo

docente e discente. Os objetivos do curso, tanto gerais quanto específicos, são delineados, bem como o perfil profissional esperado dos egressos.

As metodologias de ensino e aprendizagem adotadas são descritas, assim como a organização curricular, incluindo as matrizes curriculares e a integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem. Por fim, são abordados os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, visando garantir a qualidade do ensino oferecido pelo curso.

A análise do material empírico revela a presença de múltiplas vozes e discursos que se entrelaçam nos PPCs, refletindo a natureza dialógica proposta por Bakhtin (2014), ao ressaltar que o discurso é, por essência, um ato de interação social, e que o sentido de um enunciado só pode ser apreendido a partir do contexto das relações dialógicas que o formam.

A interação entre as diferentes perspectivas presentes nos documentos, como as vozes dos legisladores, dos educadores e dos próprios estudantes, evidencia a complexidade do discurso inclusivo. A alteridade, como princípio bakhtiniano, é observada na forma como os PPCs buscam integrar as necessidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, reconhecendo a importância da diversidade no ambiente educacional. Além disso, o dialogismo se manifesta na interação entre as diferentes disciplinas e práticas pedagógicas propostas, que dialogam entre si para promover uma formação docente mais inclusiva.

A enunciação, por sua vez, é observada na forma como os textos dos PPCs refletem as ideologias e práticas sociais relacionadas à inclusão, materializadas nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas propostas.

Compromisso institucional e inclusão educacional: reflexões sobre os fundamentos legais nos projetos pedagógicos

A análise dos fundamentos legais e normativos nos PPCs revela um dialogismo entre as vozes da legislação federal, das políticas institucionais e das práticas pedagógicas. Como destaca Bakhtin (2014), o discurso é, por natureza, um ato de interação social, e

o sentido de um enunciado só pode ser compreendido dentro do contexto das relações dialógicas que o formam.

A referência à inclusão nos PPCs é identificada inicialmente nos fundamentos legais e normativos dos documentos analisados, refletindo um compromisso da instituição com a promoção da inclusão educacional, conforme delineado pela legislação brasileira.

Na seção Elementos Textuais, Fundamentos Legais e Normativos e Legislação Federal dos PPCs são citadas temáticas e requisitos legais e normativos direcionadores. No quadro 1 são listadas as temáticas relacionadas à educação inclusiva identificadas:

Quadro 1 – Temáticas relacionadas à educação inclusiva identificadas

TEMÁTICA	REQUISITO LEGAL OU NORMATIVO
Legislação Brasileira de Inclusão	• Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). • Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras . • Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	• Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002; • Decreto N.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005.
Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	• Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. • Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. • Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 • Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011- Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

TEMÁTICA	REQUISITO LEGAL OU NORMATIVO
Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista	Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. • Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014 - Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Fonte: Elaboração dos autores

Nota: elaborada a partir dos dados disponíveis no site www.uftm.edu.br, 2024.

A enunciação das políticas de inclusão nos PPCs reflete a concretização das ideologias sociais, assim, as referências à Legislação Brasileira de Inclusão e à Libras nos PPCs não apenas cumprem requisitos legais, mas também expressam um compromisso ideológico com a diversidade e a equidade.

A citação das leis pertinentes à inclusão educacional, como a Legislação Brasileira de Inclusão, a obrigatoriedade do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) (Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002) e a garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004), é presente em todos os PPCs, demonstrando uma preocupação institucional em estabelecer e fortalecer um compromisso com a inclusão educacional e a garantia de direitos para todos os estudantes.

Ao se utilizar estas referências legais para orientação das práticas e políticas educacionais é refletida uma tentativa de promoção de abordagem inclusiva e igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos os alunos. Este posicionamento reflete um alinhamento com as normas e diretrizes estabelecidas pela legislação brasileira.

Contribuições da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) para a inclusão e acessibilidade na UFTM

Assim como nos Princípios Legais e Normativos, a totalidade dos PPCs analisados menciona, na organização didático-pedagógica, as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos

Comunitários e Estudantis (PROACE) em prol dos discentes com necessidades educacionais específicas (NEE).

A PROACE, em conjunto com as demais Pró-Reitorias e órgãos da UFTM e com instituições da comunidade externa, elabora, executa e avalia ações, projetos e programas, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil e com os princípios norteadores da política de assistência estudantil da UFTM. (UFTM, 2022).

Observa-se a presença das vozes da PROACE, das demais Pró-Reitorias, dos órgãos da UFTM e das instituições externas na elaboração e implementação das ações de assistência estudantil. Essa interação entre diferentes agentes evidencia a natureza dialógica do discurso, caracterizada por uma troca constante de perspectivas e ideias.

Conforme descrito no Relatório de Gestão da UFTM (2022), a universidade, visando eliminar barreiras, assegurar direitos e atender à legislação vigente – Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – promoveu a acessibilidade e inclusão em 2022 através das seguintes ações e atividades:

- Adaptação de materiais pedagógicos, como digitalização de materiais, gravação em áudio e inserção de legendas nas videoaulas, tornando-os acessíveis aos alunos com deficiência visual e auditiva;
- Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a comunidade acadêmica surda usuária de Libras, bem como em eventos, atividades administrativas e acadêmicas;
- Monitoria inclusiva, regulada por edital, que possibilita o acompanhamento individual do aluno com necessidades educacionais especiais no que se refere ao conteúdo das disciplinas do currículo;
- Tutoria inclusiva, regulada por edital, que oferece ações efetivas no atendimento adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino técnico e superior;
- Disponibilização e utilização de produtos, equipamentos, dispositivos e recursos, tais como leitores de tela, lupas ópticas e eletrônicas, leitores autônomos, máquina fusora de relevos, impressora Braille, bengala de rastreamento, máquina de escrever

Braille Perkins Brailler, cadeiras de rodas, cadeiras específicas e softwares gratuitos.

Essas ações ilustram a colaboração efetiva entre várias entidades da UFTM e destacam a relevância de um esforço conjunto para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A PROACE é responsável por elaborar e executar ações, projetos e programas de apoio estudantil, em parceria com diversos setores da universidade e da comunidade externa. No que se refere especificamente à inclusão educacional de estudantes com necessidades educacionais especiais, a PROACE oferece diversos serviços destacados nos PPCs analisados.

Esses serviços visam possibilitar a criação de um ambiente inclusivo e de suporte para os estudantes. Considerando que a formação inicial dos discentes inclui abordagens teóricas e práticas sobre a educação inclusiva, pode-se sugerir que a participação em ações e projetos promovidos pela PROACE pode complementar essas aprendizagens, proporcionando experiências práticas de inclusão.

As ações da PROACE evidenciam a alteridade bakhtiniana, na qual a interação entre diferentes vozes (estudantes, professores, gestores e comunidade externa) promove um diálogo constante sobre a inclusão. A adaptação de materiais pedagógicos e a oferta de intérpretes de Libras, por exemplo, refletem uma prática discursiva que reconhece e valoriza as diferenças, materializando a ideologia inclusiva no ambiente educacional.

Seguindo a investigação quanto à integração da perspectiva da inclusão educacional nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UFTM, foram identificadas disciplinas obrigatórias que mencionam explicitamente a educação inclusiva ou variações como educação especial ou inclusão nos seus planos de ensino para a formação dos licenciandos.

Disciplinas obrigatórias que abordam a educação Inclusiva nos PPCs de licenciaturas

Nos PPCs de licenciaturas analisados, as disciplinas obrigatórias representam os conteúdos estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos, bem como os temas considerados fundamentais pelo corpo docente para a formação profissional dos futuros profissionais. Dentre as disciplinas

obrigatórias citadas nos PPCs, as que abordam explicitamente aspectos da educação inclusiva são destacadas no quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Disciplinas obrigatórias que abordam a Educação Inclusiva nos PPCs de Licenciaturas

Disciplina obrigatória	Licenciatura							
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	FÍSICA	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	LETRAS / ESP	LETRAS / ING	MATEMÁTICA	QUÍMICA
História e política educacional	X	X	X	X	X	X	X	X
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	X	X	X	X			X	X
Língua Brasileira de Sinais (Libras) I					X	X		
Língua Brasileira de Sinais (Libras) II Letras/inglês					X	X		
Orientação e Estágio curricular supervisionado II			X					
Orientação e Estágio curricular supervisionado III		X						
Prática como componente curricular IV (inclusão e educação matemática)							X	
Recursos Didáticos para Ensino de Língua Espanhola					X			
Recursos Didáticos para Ensino de Língua Inglesa						X		

Fonte: Elaboração dos autores

Nota: elaborado a partir dos dados disponíveis no site www.uftm.edu.br, 2024.

A disciplina “História e Política Educacional” é comum a todas as licenciaturas analisadas. A ementa abrange as Políticas de Educação Inclusiva, preparando futuros professores para atender às diversidades e adaptar suas metodologias de ensino.

Ementa da disciplina: História e Política Educacional

Departamento que oferta / Instituto: DE - Departamento de Educação (IELACHS)

Ementa: Constituição histórica da escola pública no Brasil. Legislação educacional, organização escolar e

política educacional brasileira. Políticas de Educação inclusiva. (PPCQUI, 2023).

Essa disciplina é destinada a todas as licenciaturas cujos PPCs foram analisados, de acordo com os períodos letivos estabelecidos no quadro a seguir:

Quadro 3 – Oferta da Disciplina “História e Política Educacional” nas Licenciaturas

Disciplina: História e política educacional	
Curso	Período da oferta
Ciências Biológicas	5º
Física	7º
Geografia	5º
História	3º
Letras/Espanhol	5º
Letras/Inglês	5º
Matemática	5º
Química	5º

Fonte: Elaboração dos autores

Nota: elaborado a partir dos dados disponíveis no site www.uftm.edu.br, 2024.

Dentre as referências bibliográficas sugeridas no plano de ensino da disciplina, destaca-se a obra “Avanços em Políticas de Inclusão” (2009), de Claudio Roberto Baptista e Denise Meyrelles de Jesus. A obra oferece uma visão abrangente das práticas e políticas de inclusão, ilustrando a complexidade e a multiplicidade de experiências na área.

O livro aborda a diversidade e a complexidade das políticas de inclusão escolar em diferentes contextos brasileiros, destacando o papel da formação de professores e os desafios enfrentados na implementação dessas políticas. Além disso, ressalta a importância do direito à educação para pessoas com deficiência, um tema central nas discussões sobre políticas públicas educacionais.

As políticas de inclusão educacional variam amplamente entre diferentes países, refletindo contextos socioculturais e econômicos únicos. No Brasil, a inclusão é abordada por meio de uma combinação de legislação progressiva e práticas

pedagógicas adaptativas, enquanto em outros países, como os Estados Unidos e a Finlândia, vemos modelos distintos que enfatizam, respectivamente, a integração em salas de aula regulares com suporte especializado e a criação de ambientes de aprendizagem altamente personalizados. Essas variações sublinham a complexidade de implementar a inclusão educacional e a necessidade de soluções contextualmente sensíveis e multifacetadas (Baptista; Jesus, 2009, p.65).

Este diálogo de múltiplas vozes e experiências reflete a natureza dialógica do discurso acadêmico conforme o conceito de Bakhtin (2014).

A disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) é destinada à maioria das licenciaturas cujos PPCs foram analisados, conforme os períodos letivos indicados no quadro a seguir:

Quadro 4 – Oferta da Disciplina “Língua Brasileira de Sinais (Libras)” nas Licenciaturas

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (Libras)	
Curso	Período da oferta
Ciências Biológicas	1º
Física	8º
Geografia	7º
História	7º
Matemática	8º
Química	7º

Fonte: Elaboração dos autores

Nota: elaborado a partir dos dados disponíveis no site www.uftm.edu.br, 2024.

A disciplina “Língua Brasileira de Sinais (Libras)” é ofertada conforme a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que estabelece que a Libras é obrigatória no currículo de cursos de Educação Especial e Magistério.

A ementa aborda a introdução à Libras e a inclusão social de pessoas com deficiência no ambiente escolar, com referências bibliográficas que incluem gramática e linguística de Libras, educação de surdos e metodologias de ensino.

Este conjunto de referências e temas reflete uma interação de diferentes teorias e práticas, evidenciando a riqueza do discurso inclusivo.

Ementa da disciplina: Língua Brasileira de Sinais - Libras

Departamento que oferta / Instituto: DLLP - Departamento de Linguística e Língua Portuguesa (IELACHS)

Ementa: Introdução à linguagem brasileira de sinais. Inclusão social das pessoas com deficiência na escola regular. (PPCQUI, 2023).

A disciplina “Língua Brasileira de Sinais (Libras) I” é ofertada nos PPCs para o 7º período dos cursos de Letras/Espanhol e Letras/Inglês. A ementa dessa disciplina indica a análise dos aspectos fundamentais da língua de sinais, como identidade, cultura e histórico da comunidade surda, em conjunto com a compreensão dos parâmetros fonológicos da Libras e a sua aquisição básica como segunda língua (L2).

Ementa da disciplina: Língua Brasileira de Sinais I

Ementa: Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: identidade, cultura e história da comunidade surda. Libras e seus parâmetros fonológicos. Aquisição básica da Libras como segunda língua (L2). (PPCLET, 2023).

As obras mencionadas como referências abordam temas como os aspectos linguísticos da Libras e da surdez, as dimensões culturais e sociais relacionadas à surdez, os recursos destinados ao aprendizado da Libras e a educação bilíngue voltada para pessoas surdas.

A disciplina “Língua Brasileira de Sinais (Libras) II” está prevista para o 8º período dos cursos de Letras/Espanhol e Letras/Inglês, conforme estabelecido nos PPCs. Ela trata do estudo dos princípios teóricos da gramática da Libras, além da prática de seu uso em situações discursivas mais formais.

Essa abordagem integra o estudo teórico e prático da Libras, destacando a importância tanto dos fundamentos gramaticais quanto da aplicação prática da língua em contextos formais de comunicação.

Os temas tratados nas referências da disciplina “Língua Brasileira de Sinais (Libras) II” incluem a gramática e estrutura da Língua Brasileira de Sinais (Libras), o desenvolvimento linguístico e educacional de pessoas surdas, os recursos e metodologias para o ensino e aprendizado da Libras, e a abordagem educacional bilíngue voltada para indivíduos surdos.

Ementa da disciplina: Língua Brasileira de Sinais II

Ementa: Princípios teóricos da gramática da Libras. Prática do uso da LIBRAS em situações discursivas mais formais. (PPCLET, 2023).

A oferta de disciplinas como “História e Política Educacional” e “Língua Brasileira de Sinais (Libras)” nos PPCs reflete um diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, que se articulam para promover uma formação docente inclusiva. Como destaca Bakhtin (2013, p.67): “as relações dialógicas permeiam toda a linguagem humana e todas as manifestações da vida, abrangendo tudo o que tem sentido e importância”. Nesse sentido, a interação entre as disciplinas e suas abordagens sobre a inclusão evidencia a complexidade do discurso inclusivo, que se constrói a partir de múltiplas vozes e perspectivas.

A enunciação das ementas das disciplinas obrigatórias reflete a materialização das ideologias inclusivas no currículo. Como afirma Bakhtin (2010, p.123): “a linguagem é um fenômeno social, e o enunciado é sempre um ato de interação entre sujeitos, carregado de intenções e significados”. Assim, a inclusão de temas como a Libras e as políticas de educação inclusiva nas ementas não apenas cumpre requisitos curriculares, mas também expressa um compromisso ideológico com a diversidade e a equidade.

A disciplina Orientação e Estágio Curricular Supervisionado II é ofertada pelo Departamento de Geografia (DEGEO) do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) para o 6º período do curso de Geografia. Sua ementa abrange a observação diagnóstica em sala de aula e a execução de atividades didáticas, além de discutir questões do cotidiano escolar e cultural.

A obra “Educação Inclusiva”, de Maria Elisa Caputo Ferreira e Marly Guimarães, é uma das referências utilizadas, abordando políticas públicas de inclusão e práticas pedagógicas. A inserção dessa obra na disciplina promove um diálogo crítico sobre a necessidade de reestruturar o sistema educacional para garantir a inclusão de todos os alunos.

Engana-se quem pensa a educação inclusiva somente em relação à criança com deficiência, como se TODAS as outras já fizessem parte efetivamente do processo pedagógico. A política educacional fragmentada, desarticulada e compartimentada, predominante no país, contribui para a persistência das atuais

taxas de analfabetismo, evasão e repetência, da baixa qualidade do ensino, da exclusão dos que não aprendem no mesmo ritmo e da mesma maneira que os outros. É pertinente constatar a distinção entre os dois sistemas paralelos de ensino: o regular e o especial. Eles competem entre si não apenas no que se refere à baixa qualidade do ensino oferecido, mas também em relação a projetos conflituosos, gerando desperdício, ineficácia e desigualdade de oportunidades. Para que se possa conceber a escola inclusiva, é imprescindível que a instituição escolar acolha os interesses e as dificuldades apresentadas pelos alunos no dia-a-dia e no decorrer do processo de aprendizagem. O ambiente escolar precisa constituir-se como espaço aberto, preparado e disposto a atender às peculiaridades de cada um. É preciso (re) pensar e (re) estruturar o sistema da educação convencional, a fim de que se diminuam ou possam ser eliminados os obstáculos interpostos à progressão de TODOS os educandos, tornando o sistema educacional mais justo, eficaz e equânime. Esse entendimento do desempenho escolar e dos planejamentos didáticos, de acordo com a concepção inclusiva, sem dúvida revoluciona o que tradicionalmente se pratica nas escolas. (Ferreira, 2003, p.147).

Ao abordar a política educacional brasileira como “fragmentada, desarticulada e compartimentada”, Ferreira (2003) destaca uma posição dialógica onde diferentes pontos de vista são confrontados e debatidos. Essa abordagem enfatiza a necessidade de repensar e reestruturar o sistema educacional para torná-lo mais justo, eficaz e equânime.

A disciplina “Orientação e Estágio Curricular Supervisionado III” é ofertada no 8º período do curso de Física. Ela analisa a “Educação Inclusiva e para Diversidades”, abordando aspectos culturais, raciais, de gênero e socioeconômicos.

A referência “Ensino de Física e Educação Inclusiva: Exemplo de uma Sequência Didática para a Abordagem de Conceitos da Eletrodinâmica” (2012), de Lúcia da Cruz Almeida, Carolina Tereza de Araújo Xavier e Karla Silene de Araújo Marinho, propõe uma abordagem didática que enfatiza o papel central do professor na prática da educação inclusiva.

O objetivo da pesquisa de Almeida, Xavier e Marinho é “exemplificar as possibilidades do desenvolvimento de práticas docentes condizentes com a perspectiva da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais” (Almeida, Xavier e Marinho, 2012,

p.106). A partir desse enunciado, infere-se uma postura dialógica que reconhece a existência de diversas formas de realizar a mesma tarefa, sendo que o estudo se pautará em uma delas.

Nessa abordagem, percebe-se ênfase na atribuição de responsabilidade ao professor como sujeito central na prática da educação inclusiva.

[...] no que se refere ao ensino de Física voltado para a inclusão de alunos com deficiência visual, muito mais do que a busca por novas metodologias e recursos didáticos, a formação de professores deve permitir a construção de uma prática docente, na qual, ele, professor, possa se reconhecer como o principal instrumento de mudança no contexto da sala de aula. (Almeida; Xavier; Marinho, 2012, p.106).

No contexto do ensino de Física direcionado à inclusão de alunos com deficiência visual, a abordagem enfatiza que “a formação de professores deve permitir a construção de uma prática docente” (Almeida; Xavier; Marinho, 2012, p.106). Essa citação destaca a necessidade de que o professor reconheça sua posição como o principal agente de transformação no ambiente da sala de aula.

Ao afirmar que os professores devem se reconhecer como “o principal instrumento de mudança” (Almeida; Xavier; Marinho, 2012, p.106), os autores utilizam uma estratégia persuasiva que atribui autoridade e responsabilidade aos educadores.

Essa perspectiva ressalta que a efetivação da educação inclusiva depende, primordialmente, da atuação consciente e preparada dos professores, mais do que da simples adoção de métodos ou materiais específicos.

A disciplina “Prática como Componente Curricular IV” é ofertada no 8º período do curso de Matemática e aborda a inclusão e a educação matemática. A ementa inclui estratégias de ensino adaptadas a estudantes com diversas deficiências. As referências abrangem a história e as políticas da educação especial, formação de professores e práticas pedagógicas, reforçando a necessidade de uma abordagem inclusiva na educação matemática.

As disciplinas “Recursos Didáticos para o Ensino de Língua Espanhola” e “Recursos Didáticos para o Ensino de Língua Inglesa” são ofertadas no 6º período dos cursos de Letras/Espanhol e Letras/Inglês, respectivamente, enfatizam a análise e elaboração

de materiais didáticos inclusivos. As referências bibliográficas destacam a importância da inclusão linguística e da estruturação curricular adequada.

A identificação das disciplinas obrigatórias que mencionam explicitamente a educação inclusiva nos PPCs das licenciaturas da UFTM sugere uma ênfase significativa na inclusão ao ofertar conhecimentos que auxiliem os futuros professores no atendimento às necessidades específicas dos alunos.

Conclusão

A investigação dos PPCs de licenciaturas da UFTM, à luz dos conceitos bakhtinianos de alteridade, dialogismo, enunciação e ideologia, revelou um compromisso com a promoção de um ambiente educacional inclusivo. Esse compromisso é observado nos Elementos Textuais, Fundamentos Legais e Normativos e Legislação Federal dos PPCs onde são citadas temáticas e requisitos legais e normativos direcionadores.

Nesse sentido, a análise evidenciou que a inclusão educacional é construída a partir de múltiplas vozes e práticas discursivas que se entrelaçam, refletindo a complexidade e a riqueza do discurso inclusivo.

As ações propostas pela PROACE buscam oferecer um suporte aos estudantes com necessidades específicas, colaborando com outros setores da UFTM para implementar políticas de assistência estudantil. Essa atuação integrada sugere uma abordagem colaborativa na criação de ações inclusivas.

Os PPCs contemplam ofertas de disciplinas obrigatórias que mencionam explicitamente a educação inclusiva, como “História e Política Educacional” e “Língua Brasileira de Sinais (Libras)” mostrando uma diretriz da UFTM em preparar profissionais para atender às necessidades de todos os alunos.

A enunciação das políticas e práticas inclusivas nos PPCs reflete a materialização de uma ideologia que busca transformar o ambiente educacional, sendo possível identificar que a UFTM, teoricamente, adota ações para uma formação de professores que valorize a diversidade e a acessibilidade, buscando capacitar os futuros educadores para lidar com a diversidade nas salas de aula e assegurar igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

Referências

ALMEIDA, Lúcia da Cruz; XAVIER, Carolina Tereza de Araújo & MARINHO, Karla Silene de Araújo. Ensino de Física e Educação Inclusiva: Exemplo de uma Sequência Didática para a Abordagem de Conceitos da Eletrodinâmica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 36, n. 4, p. 01-10, 2014.

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. Educação especial na formação de professores das universidades de Mato Grosso do Sul. **UNI revista**, v.1, n.2, abril/ 2006.

BRAIT, Beth Brait. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, Mikhail Mikháilovitch. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, Mikhail Mikháilovitch. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BAKHTIN, Mikhail Mikháilovitch.; VOLOCHINOV, Valentin Nikoláievitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAPTISTA, Cláudio. Roberto.; JESUS, Denise. Meyrelles. (Org.). **Avanços em Políticas de Inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2009.

BEYER, Hugo Otto. **A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. Cadernos de Educação Especial, Santa Maria, n. 22, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5003/3032>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MITTLER, Peter. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PPCQUI. **Programa Pedagógico de Curso de Licenciatura em Química**. Uberaba: UFTM, 2023. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/documento/ppcquimica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RODRIGUES, David. **Educação Inclusiva**: dos Conceitos às Práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

TOLEDO, Elizabete Humai de; VITALIANO, Célia Regina . **Práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: Editora Z, 2012.

UFTM. **Programa Nacional de Assistência Estudantil e princípios norteadores da política de assistência estudantil da UFTM**.

Uberaba: UFTM, 2022. Disponível em: http://www.uftm.edu.br/documento/assistencia_estudantil.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

Submetido em: 16/12/2024
Aceito em: 07/03/2025